

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATAS**
 - 1.1 – Comissões
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DE TURISMO E GASTRONOMIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/5/2019

Às 16h3min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Professor Irineu, Gustavo Mitre, Mauro Tramonte e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado professor Irineu, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.118/2019, do deputado Professor Irineu, em que requer seja formulado voto de congratulações com os ganhadores da 20ª edição do concurso Comida di Buteco;

nº 2.169/2019, dos deputados Roberto Andrade, Antonio Carlos Arantes, Dalmo Ribeiro Silva e Doutor Paulo, em que requerem seja realizada visita às vinícolas Luiz Porto, em Cordislândia, Casa Geraldo, em Andradas, e Maria Maria, em Três Pontas, com a finalidade de conhecer mecanismos para alavancar a produção de vinho no Estado;

nº 2.170/2019, dos deputados Roberto Andrade e Antonio Carlos Arantes, em que requerem seja realizada visita ao Circuito Turístico da Cachaça, no Norte de Minas, para conhecer os mecanismos para intensificação da certificação de origem e qualidade da cachaça;

nº 2.171/2019, do deputado Professor Irineu, em que requer seja realizada audiência de convidados para proceder à entrega dos diplomas referentes aos votos de congratulações com os ganhadores da 20ª edição do concurso Comida di Buteco e com seus coordenadores pelos 20 anos de sua criação;

nº 2.172/2019, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja realizada audiência pública para debater a qualidade do vinho mineiro e seu potencial de atração para o turismo gastronômico no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2019.

Professor Irineu, presidente – Gustavo Mitre – Mauro Tramonte – Virgílio Guimarães – Professor Cleiton.

ATA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 28/5/2019

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Duarte Bechir, Professor Cleiton e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A presidência informa que a reunião com o secretário de Desenvolvimento Social foi alterada para o dia 12/6/2019, quarta-feira, às 14 horas, a pedido dos deputados da comissão. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetidos a discussão e votação, é aprovado o Parecer de Redação Final do Projeto de Lei nº 442/2019. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 2.137/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transportes e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para fiscalizar a adequação das frotas do transporte rodoviário intermunicipal às exigências da ABNT-NBR nº 15.320/2018;

nº 2.138/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de informações sobre o monitoramento e a fiscalização pelo órgão das condições de acessibilidade dos veículos das empresas de transporte coletivo intermunicipal, bem como dos terminais e paradas de ônibus no Estado;

nº 2.139/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais – Codemig – pedido de informações sobre as condições de acessibilidade, inclusive para pessoas com ostomia, dos banheiros do Terminal Rodoviário Governador Israel Pinheiro – Tergip –, no Município de Belo Horizonte;

nº 2.140/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado ao Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre o prazo para atendimento às solicitações de emissão da carteira Sindpasse, que assegure gratuidade à pessoa com deficiência no transporte público intermunicipal;

nº 2.141/2019, do deputado Betão, em que requer seja encaminhado à Federação das Empresas de Transporte de Passageiros no Estado de Minas Gerais – Fetran – pedido de informações sobre a adequação da frota de veículos do transporte intermunicipal de passageiros às normas técnicas de acessibilidade, em especial a ABNT-NBR nº 15.320/2018;

nº 2.142/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Transporte e Obras Públicas – Setop – pedido de providências para que seja instalado serviço de ouvidoria destinado ao atendimento dos usuários do transporte coletivo rodoviário no Estado;

nº 2.143/2019, dos deputados Professor Cleiton, Zé Guilherme e Duarte Bechir, em que requerem seja formulada manifestação de repúdio à Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT – por não ter enviado representantes para participar da 10ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 21/5/2019, que teve por finalidade debater a acessibilidade nos terminais de passageiros e nos ônibus que realizam viagens intermunicipais no Estado;

nº 2.144/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado ao Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais – DEER-MG – pedido de providências para fiscalizar periodicamente todos os contratos de concessão de serviço de transporte coletivo rodoviário intermunicipal quanto às condições de acessibilidade e para rescindir os referidos contratos caso sejam descumpridos de forma reiterada;

nº 2.146/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado à Coordenadoria Especial de Apoio e Assistência à Pessoa com Deficiência – Caade – pedido de informações sobre o cumprimento da legislação que versa sobre acessibilidade por parte das empresas de transporte intermunicipal no Estado de Minas Gerais;

nº 2.147/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência pública, com a participação dos presidentes das empresas de transporte rodoviário intermunicipal, para debater as medidas necessárias para tornar toda a frota acessível;

nº 2.148/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada visita ao DEER-MG para debater as condições de acessibilidade no serviço de transporte coletivo rodoviário no Estado;

nº 2.232/2019, dos deputados Duarte Bechir, Zé Guilherme e Professor Cleiton, em que requerem sejam encaminhadas ao Ministério Público do Estado as notas taquigráficas da 10ª Reunião Ordinária da comissão, realizada em 21/5/2019, que teve por finalidade debater a acessibilidade nos terminais e nos ônibus que realizam viagens intermunicipais no Estado;

nº 2.233/2019, dos deputados Duarte Bechir, Zé Guilherme e Professor Cleiton, em que requerem seja encaminhado ao Ministério Público do Estado pedido de providências para fiscalizar o cumprimento das normas de acessibilidade nos veículos de transporte rodoviário intermunicipal, sobretudo no que se refere ao prazo estabelecido no art. 38, § 3º, do Decreto Federal nº 5.296, de 2/12/2004, para a adequação da frota e da infraestrutura;

nº 2.234/2019, dos deputados Duarte Bechir, Professor Cleiton e Zé Guilherme, em que requerem seja realizada visita à unidade regional de Minas Gerais da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT –, no Município de Belo Horizonte, para debater a acessibilidade nos veículos de transporte rodoviário intermunicipal no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2019.

Professor Wendel Mesquita, presidente – Zé Guilherme.

ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/5/2019

Às 15h21min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Doutor Jean Freire, Marquinho Lemos (substituindo o deputado André Quintão, por indicação da liderança do BDL) e Cleitinho Azevedo (substituindo o deputado Gustavo Valadares, por indicação da liderança do BSMG), membros da supracitada comissão. Está presente também o deputado Professor Cleiton. Havendo número regimental, o presidente, deputado Doutor Jean Freire, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. É recebido pela presidência, submetido a votação e aprovado o Requerimento nº 2.312/2019, dos deputados Cleitinho Azevedo e Doutor Jean Freire, em que requerem seja realizada audiência pública para debater a deficiência dos serviços de saneamento básico prestados pela Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – no tocante aos atrasos na construção e implantação das estações de tratamento de esgoto, aliados à má qualidade dos serviços prestados.

Registra-se a presença do deputado Sávio Souza Cruz. Em seguida, é aprovado relatório de visita às estações de integração Barreiro e Diamante, em Belo Horizonte, realizada em 9/5/2019, que segue publicado após as assinaturas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de maio de 2019.

André Quintão, presidente – Andréia de Jesus.

RELATÓRIO DE VISITA

Comissão de Participação Popular

Finalidade: verificar se estão sendo cumpridas as normas que estabelecem a atuação de cobradores nas linhas de transporte público de passageiros.

Local visitado: Estação Barreiro e Estação Diamante de transporte coletivo de passageiros.

Apresentação

Em audiência pública da Comissão de Participação Popular, solicitada por movimentos de luta por melhorias no transporte coletivo de passageiros – Bloco Esperando o Metrô e Movimento Volta Cobrador –, foi aprovado requerimento de visita para que a comissão verificasse *in loco* as denúncias de que as empresas de ônibus não estariam cumprindo as normas que estabelecem a obrigatoriedade de presença de cobradores durante as viagens, de forma que os motoristas não acumulem as funções de dirigir e cobrar.

Relato

A visita foi realizada no dia 9/5/2019 e teve início na Estação Barreiro, às 7 horas, tendo sido acompanhada por fiscais da BHTrans, pelo gerente das Estações Barreiro e Diamante, Anderson Leal, e por representantes dos movimentos Esperando o Metrô e Volta Cobrador.

O deputado presidente da Comissão de Participação Popular, Doutor Jean Freire, entrou em ônibus das linhas 32, 33 e 309 e constatou em todos eles a ausência de cobrador, de forma que o motorista acumulava as funções de dirigir e cobrar.

Da Estação Barreiro, o deputado, acompanhado por equipe da Assembleia que registrava tudo com fotos e filmagens, embarcou na linha 342 e seguiu até a Estação Diamante, ocasião em que também constatou ausência de cobrador. O motorista dessa linha relatou que a rotina torna-se ainda mais estressante com o acúmulo das funções e destacou as dificuldades em atender cadeirantes, por exemplo. Nesses momentos, eles têm que deixar o ônibus ligado, com o freio de mão acionado, para operar o elevador dos cadeirantes. Segundo o motorista, eles fazem o trabalho de dois funcionários, mas ganham por um. Essa tarefa é ainda mais difícil em pontos críticos, como ladeiras. Os passageiros também denunciaram insegurança nesses momentos. Outro motorista contou que já ocorreu uma colisão do ônibus que dirigia, enquanto cobrava.

Na Estação Diamante, também foram percebidos diversos ônibus sem cobrador, principalmente entre aqueles que vão para o Centro de Belo Horizonte. Ademais, foram encontrados ônibus da Setop/DEER-MG sem os cobradores.

Os passageiros reclamaram também de atrasos nos ônibus, pois os motoristas têm que parar a viagem enquanto cobram. Esses atrasos fazem com que os motoristas sejam advertidos; então, para não atrasarem a viagem, alguns motoristas cobram com o ônibus em movimento. Os passageiros relataram que é constante a ausência de cobrador em várias linhas, principalmente pela manhã.

Na Estação Diamantes, presenciamos o embarque de um cadeirante, que disse ao deputado que os motoristas e cobradores nem sempre estão treinados para manobrar o elevador. Ele próprio já teve que manobrar o controle remoto. Porém, a maior dificuldade acontece quando os motoristas param longe da calçada.

O gerente de fiscalização, Anderson Leal, falou que cada equipe de fiscalização aplica cerca de 50 multas diárias. No entanto, a aplicação dessas multas não tem sido suficiente para inibir a ausência de cobradores nas empresas.

Da Estação Diamante, o deputado, junto com a equipe da Assembleia e o representante do movimento Volta Cobrador, embarcou em um ônibus da linha 3050 rumo à área hospitalar de Belo Horizonte. Nele constatou-se a presença de passageiros indo aos hospitais fazer diálise. O atraso nas viagens também produz efeitos indesejáveis para esses passageiros, que têm horários marcados para seus procedimentos médicos.

Conclusão

Como foi relatado, durante a visita da Comissão pôde-se constatar a ausência de cobradores em diversos ônibus, além de ter-se confirmado o perigo a que ficam expostos motoristas e passageiros devido ao acúmulo de funções dos motoristas.

Sala das Comissões, 30 de maio de 2019.

Doutor Jean Freire, relator.



ORDENS DO DIA

ORDEM DO DIA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 4/6/2019

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 64/2019, da deputada Beatriz Cerqueira, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de informações sobre os resumos executivos dos resultados das auditorias extraordinárias determinadas pelo Decreto nº 46.993, de 2016, com destaque para os casos em que houver recomendação de providências para a regularização das barragens, com especial atenção para os empreendimentos situados a montante dos reservatórios do Rio Manso e do Sistema de Abastecimento do Rio Paraopeba. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 327/2019, do deputado Fernando Pacheco, em que requer seja encaminhado ao presidente em exercício do Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais pedido de informações sobre a previsão de pagamento dos débitos referentes ao Hospital de Cataguases – Santa Casa de Misericórdia. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 680/2019, do deputado Professor Cleiton, em que requer seja encaminhado à presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais pedido de informações sobre a causa dos problemas de abastecimento de água em Paracatu, especificando-se se a companhia tem adotado ou adotará, e em quanto tempo, medidas para a solução dos problemas de falta de abastecimento. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.186/2019, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig – pedido de informações relativamente ao relatório de execução apresentado por essa entidade por meio do Ofício nº 28/2019, consubstanciadas na relação de projetos aprovados no escopo do art. 17 da Lei nº 22.929, de 12 de janeiro de 2018, especificando-se o montante previsto e executado para cada um dos projetos em questão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.198/2019, da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado ao comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais – PMMG – pedido de informações sobre os procedimentos administrativos e inquéritos policiais militares instaurados em face das denúncias apresentadas pelo Ten.-Cel PM Domingos Sávio de Mendonça na 11ª Reunião Ordinária, com o envio de cópias à comissão das portarias e, caso já tenham sido finalizados, das conclusões. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 18/2015, do deputado Doutor Wilson Batista, que assegura às mulheres com elevado risco de desenvolver câncer de mama o acesso ao teste de mapeamento genético pelo Sistema Único de Saúde no âmbito do Estado. A Comissão de Justiça concluiu pela inconstitucionalidade do projeto. O parecer pela inconstitucionalidade do projeto foi rejeitado em Plenário. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Saúde.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 309/2015, do deputado Arlen Santiago, que determina que o Departamento Estadual de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – divulgue trimestralmente os valores arrecadados com multas de trânsito e sua destinação. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 5.394/2018, do deputado Doutor Jean Freire, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.201/2015, do deputado Douglas Melo, que institui a Semana Estadual de Valorização da Família. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresenta.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.551/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro, que institui o Dia Estadual do Serviço Leonístico e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 5.170/2018, do deputado Duarte Bechir, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre Doenças Raras. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.476/2015, do deputado Carlos Pimenta, que institui o Programa Paz na Escola e dá outras providências. A Comissão de Educação opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 5.434/2018, do deputado João Magalhães, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Manhuaçu. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 563/2015, da deputada Rosângela Reis, que institui o Programa Estadual de Capacitação e Qualificação Social e Profissional – PEQ-MG – e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, que apresenta. As Comissões de Administração Pública e de Fiscalização Financeira opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com a Emenda nº 1, da Comissão do Trabalho.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 939/2015, do deputado Sávio Souza Cruz, que dispõe sobre a divulgação na internet dos valores arrecadados pelo Estado com o ICMS da energia elétrica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.357/2015, da deputada Ione Pinheiro, que cria a Política de Saúde da Mulher Detenta. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.579/2015, do deputado João Leite, que dispõe sobre a notificação de infração de trânsito enviada ao infrator pelo Detran – MG –, por remessa postal. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.938/2015, do deputado Elismar Prado, que estabelece normas para concurso público a ser realizado no âmbito das administrações direta e indireta do Estado e revoga a Lei nº 13.167, de 20 de janeiro de 1999. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 2.790/2015, do deputado Cássio Soares, que dispõe sobre o direito ao gozo de férias-prêmio adquiridas pelo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, de pessoa diagnosticada com neoplasia maligna. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.161/2017, do deputado Roberto Andrade, que dispõe sobre a desafetação do trecho de rodovia que especifica e autoriza o Poder Executivo a doá-lo ao Município de Manhumirim. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. As Comissões de Transporte e de Administração Pública opinam pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.609/2017, do deputado Cristiano Silveira, que obriga os estabelecimentos públicos e privados no Estado a inserir o portador de transtorno autista no rol elencado como atendimento prioritário, bem como a colocar nas placas de atendimento prioritário o símbolo mundial do autismo e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão da Pessoa com Deficiência opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 50/2019, do deputado Charles Santos, que altera a Lei nº 13.994, de 18 de setembro de 2001, que institui o cadastro de fornecedores impedidos de licitar e contratar com a administração pública estadual. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto.

3ª Fase

Pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/6/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

Em turno único: Projeto de Lei nº 319/2019, da deputada Beatriz Cerqueira.

No 1º turno: Propostas de Emenda à Constituição nºs 54/2018, da deputada Ione Pinheiro e outros, 28/2019, do deputado Delegado Heli Grilo e outros, Projetos de Lei nºs 1.221/2015, do deputado Alencar da Silveira Jr.; 674/2019, do deputado Bartô; 2.555/2015, do deputado Luiz Humberto Carneiro; 2.955/2015, do deputado Leonídio Bouças; 4.070/2017, do deputado Roberto Andrade; 4.201/2017, do deputado Doutor Wilson Batista; 5.060 e 5.085/2018, do deputado Doutor Jean Freire; 5.216/2018, do deputado Noraldino Júnior; 5.235/2018, do deputado Doutor Jean Freire; 5.397/2018, do deputado Léo Portela; 20/2019, do deputado João Leite; 264 e 296/2019, do deputado Arlen Santiago; 364/2019, do deputado Carlos Pimenta; 420/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 493/2019, da deputada Ione Pinheiro; 530/2019, do deputado Doutor Jean Freire; e 630/2019, do deputado Alencar da Silveira Jr.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 5.313/2018, do deputado Vanderlei Miranda; 5.363/2018, do deputado Duarte Bechir; 5.472/2018, do deputado Rogério Correia; 583/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 655/2019, do deputado Fernando Pacheco; 688/2019, do deputado Elismar Prado; 696/2019, do deputado Leandro Genaro; 697/2019, do deputado Doutor Jean Freire; 701/2019, do deputado Professor Cleiton; 702/2019, do deputado Gustavo Valadares; 716/2019, do deputado Zé Guilherme; 718/2019, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 719/2019, do deputado Cássio Soares; 720/2019, do deputado Thiago Cota; 722/2019, do deputado Professor Cleiton; e 733/2019, do deputado João Vítor Xavier.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/6/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 14ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 4/6/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 1.293/2019, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/6/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 1.328/2015, do deputado Gustavo Valadares; 1.444/2015, do deputado Carlos Pimenta; 3.859/2016, do deputado Tito Torres; e 450/2019, do governador do Estado.

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar nº 80/2018, do Tribunal de Contas.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.264/2019, do deputado Coronel Sandro; 1.283/2019, do deputado Duarte Bechir; e 1.284 e 1.285/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/6/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a debater a atuação do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA – na implementação das Instruções Normativas GM/Mapa 76 e 77/2018, que estabelecem critérios e procedimentos para a produção, acondicionamento, conservação, transporte, seleção e recepção do leite cru em estabelecimentos registrados no serviço de inspeção oficial no Estado.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/6/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.241 e 1.305/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a proceder à entrega dos diplomas relativos aos votos de congratulações com as autoras do livro *Unidas pelo Autismo*.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/6/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 4/6/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.286, 1.287 e 1.302/2019, da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 4/6/2019**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 181/2015, do deputado Fred Costa, e 3.171/2015, do deputado Antônio Jorge.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 1.275/2019, da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia; 1.288/2019, do deputado Tadeu Martins Leite; e 1.315 e 1.316/2019, do deputado Inácio Franco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 4/6/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimento nº 1.268/2019, do deputado Bosco.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H15MIN DO DIA 6/6/2019

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência pública destinada a debater, com a presença do Ministério Público Federal, o calendário de liberação da multa aplicada às concessionárias de transporte ferroviário, em razão do abandono das linhas férreas, bem como a metodologia de aplicação dessa multa.

Recebimento e votação de requerimentos.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Visita da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco os deputados Betão, Bartô, Coronel Sandro e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão, para a visita a ser realizada em 4/6/2019, às 8 horas, com a finalidade de conhecer as instalações, as condições de funcionamento e as intervenções necessárias para melhorar o atendimento aos alunos das Escolas Estaduais Hermelita Soares Horta, Visconde do Rio das Velhas, Professora Vitiza Octaviano Viana e Felícia Fernandes Campos, no Município de Matozinhos.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2019.

Beatriz Cerqueira, presidenta.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Doutor Paulo, Professor Cleiton e Zé Guilherme, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/6/2019, às 9 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a habilitação de centros de referência para doenças raras no Hospital Júlia Kubitschek, no Hospital João Paulo II e no Hospital das Clínicas.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2019.

Professor Wendel Mesquita, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária de Turismo e Gastronomia**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Gustavo Mitre, Mauro Tramonte, Professor Cleiton e Virgílio Guimarães, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/6/2019, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater as dificuldades, demandas e potenciais do Circuito Turístico do Município de Santos Dumont, compreendendo o Museu Cabangu, casa onde nasceu Alberto Santos Dumont, reconhecido como Pai da Aviação e consagrado por lei como Patrono da Aeronáutica Brasileira, a represa Ponte Preta e o Caminho Novo, uma das trilhas da Estrada Real.

Sala das Comissões 3 de junho de 2019.

Professor Irineu, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/6/2019, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 1.269 e nº 1.270/2019, do deputado Coronel Henrique, 1.291 e 1.292/2019, do deputado Duarte Bechir, e 1.293/2019, do deputado Sargento Rodrigues; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2019.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus, Celise Laviola, Delegada Sheila e Leninha, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/6/2019, às 15h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2019.

Marília Campos, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Raul Belém, Carlos Pimenta, Gustavo Santana e Osvaldo Lopes, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 4/6/2019, às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a criação e o comércio de animais domésticos de raça no Estado.

Sala das Comissões, 3 de junho de 2019.

Noraldino Júnior, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 30/5/2019**

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde a todos os servidores desta Casa, boa tarde, deputados. Comunico sobre a audiência pública em que a gente vai tratar sobre a Copanor. Está aqui o Jean Freire. A gente vai agora aprovar essa audiência pública, que será no dia 5. Então, a gente queria convocar – não é, Jean? – todos os prefeitos do Norte de Minas e vereadores para estarem aqui no dia 5, nessa audiência pública, que vai acontecer às 9 horas da manhã, para a gente cobrar da Copanor – até a Copanor mudou agora sua diretoria –, para ter um olhar mais atento, um olhar com mais carinho para o Norte de Minas.

Houve uma situação em que o próprio Jean trouxe um vídeo de falta de água. Então, a gente está aqui como representante do povo para fiscalizar, para cobrar. A gente não tem o poder da solução, mas a gente tem o poder de reivindicar, de cobrar, e espero que nessa audiência pública a gente possa trazer solução, possa dar dignidade para o pessoal de todo o Norte de Minas. O Norte de Minas que quiser vir à Assembleia reivindicar seus direitos, reivindicar suas reclamações, que venha no dia 5, agora, no mês de junho, às 9 horas da manhã, aqui na Assembleia, em algum plenário das comissões, para a gente tratar sobre essa questão da Copanor, que é de suma importância para o Norte de Minas. A gente precisa resolver esse problema da falta d'água, de estrutura, porque a Copanor não ajuda também. Agora, esperamos que os novos gestores tenham o comprometimento e a responsabilidade de olhar com carinho para todo o Norte de Minas. Não só para o Norte de Minas, mas para todo o Estado de Minas Gerais.

Como disse na minha última fala, temos que olhar com atenção, também, para o Norte de Minas, que passa por um momento complicado. Eu, como representante do povo, estou aqui para representar toda a região. Fui eleito por quase 800 municípios e cabe a mim, agora, representar os 853. Eu até falo que represento até quem não gosta de mim! Até quem não gosta de mim, que me critica, paga meu salário. Se precisarem de mim, estou aqui para servir e para fazer o meu melhor.

Queria contar um caso, aqui, de um pai de família. Depois, ao final, vocês vão entender. Esse pai de família, Jean, tem quatro filhos. Ele tem dois filhos de 10 anos e os outros dois filhos têm 2. A esposa dele está grávida. Aí, ele começa a querer dar mesada para os dois filhos dele de 10 anos. Ele começa a dar mesada. Chega o economista e fala assim para ele: “Aqui, Zé, você vai dar essa mesada para eles e vai quebrar. Não fica dando essa mesada de R\$1.000,00, não, porque, futuramente, você não vai conseguir dar para os meninos que estão vindo, não”. Aí, esses de 10 vão para 20, e esses de 2 chegam na idade de 10. Aquela que estava grávida ganhou, e esse menino já está na faixa etária de criança. Aí, o economista chega para ele e fala com ele de novo: “E, agora? Como você vai fazer? Você quebrou! Você não tem condições de pagar para esses meninos agora, não”. Aí, ele pega e reflete, ele pega e pensa e fala assim: “Ah, então não vou conseguir mesmo, não. Eu vou ter que nivelar esse negócio para esses que estão chegando. Eu vou pagar para eles R\$300,00. Eu vou dar para eles R\$300,00”. “Ah, mas como você vai fazer com os outros dois que ganham

R\$1.000,00?” “Ah, eles vão continuar ganhando R\$1.000,00. Os quatro filhos que tenho, agora, vão ganhar só R\$300,00. Só que os outros dois que me quebraram, que usufruíram por 10 anos do valor de R\$1.000,00 continuam com os R\$1.000,00”. É isso o que quero mostrar!

Eu não sou contra a reforma da Previdência, não. Você acha que o País precisa da reforma da Previdência? Se é necessária, não estou aqui para atrapalhar o País, não, mas que façam uma reforma justa. Por que os caras que quebraram, igual ao Sarney, que têm aposentadoria de não sei quanto mil reais, vão continuar recebendo o mesmo valor? Por que quem não quebrou tem que pagar a conta? Por que o povo que não tem culpa de nada, que pagou seu imposto rigorosamente, agora tem que pagar a conta? Por que o povo tem que pagar? Quem tem que pagar a conta é quem quebrou. Tem que ser justo. Estou aqui para ser coerente. Eu quero que o meu país se desenvolva, mas eu não quero que os inocentes paguem pelos pecadores. Quem tem que pagar são os pecadores.

A gente fica falando muito de reforma. Eu quero saber é da reforma política. Não aconteceu a manifestação? Qualquer manifestação, se for ordeira, eu apoio, como apoiiei essa manifestação, mas eu quero falar uma coisa: houve uma manifestação para pressionar os deputados, o que só comprova como a reforma política é urgentemente necessária neste país. E por quê? Porque se existissem menos deputados – lá tem 513 –, se fosse só a metade, este país já estaria andando muito mais rápido. Mas sabe o que é? São 513, e cada um defendendo o seu interesse próprio, cada um defendendo seu umbigo, e aí é que está errado, é preciso a reforma política urgente neste país.

É preciso mandar menos orçamento para as câmaras municipais, é preciso mandar menos orçamento! Câmara Municipal não resolve nada. Há um monte de vereadores que vêm para cá, para esta Assembleia, para ganhar diária, tirar foto, e não resolvem nada. O que é preciso, urgentemente, neste país, é de uma reforma política, sabe? É vergonha na cara!

Outra reforma que é preciso fazer neste país, e não vejo falando, é a reforma tributária. Sabe, o maior lado social que este país pode dar para o povo brasileiro é o emprego. Quem vai dar emprego não é a política, não; não é governador; não é deputado, não. Quem vai dar emprego é empresário. Temos que ajudar os empresários. Quem gera emprego é empresário. Não é política, não, não é governador e nem presidente. O que este país precisa no lado social é de emprego. Vamos dar emprego. Então, façam uma reforma tributária.

A última reforma de que falo para todo mundo, principalmente para os políticos, é a reforma de consciência política. O político precisa entender que está aqui para servir e não para ser servido, não é? O político precisa entender que ele é empregado do povo. Então, a gente tem que cortar privilégios, cortar regalias. Quem quebrou o País não foi o povo. Quem quebrou o País foram os três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

Já dizia o nosso professor, querido Enéas, que para a gente sair da crise, tem que mexer na estrutura de poder. Então vou mexer na estrutura de poder. Beleza? E estou aqui para ser coerente, estou aqui para falar o que é justo. Na política vou sempre ser justo. E dou um recado, já dizia a Bíblia: “Um governo justo, o povo se alegra”. Então que o Bolsonaro seja justo, que o Congresso seja justo e que o Senado também seja justo.

A deputada Ione Pinheiro (em aparte)* – Quero parabenizá-lo, deputado Cleitinho, pela garra, pela luta, porque vejo que você sempre procura ser justo com o povo. É disso que o povo precisa. Precisa ser respeitado, precisa de dignidade.

E quero também aproveitar a oportunidade e dizer que eu acabei de protocolar hoje, de manhã cedo, aqui na Assembleia, um pedido ao senhor governador para que parasse com a cobrança da taxa de incêndio, pois já foi determinada sua inconstitucionalidade pelo Supremo. Então acho que o empresário mineiro também precisa de respeito. Se é inconstitucional, nós não podemos cobrar. Então acho que está na hora de o governador dar o exemplo. É o exemplo sempre do lado do povo, defendendo as leis e defendendo o povo sofrido.

Parabéns. Que Deus continue abençoando você nesta jornada.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Abençoando nós todos. Parabéns pela fala. É isso aí, mesmo. Eu, como apoiei o Zema, tenho vergonha na minha cara. E eu sou assim: você que me apoiou, você que votou em mim, você é o primeiro a me cobrar. Você tem que me questionar todos os dias, porque você paga o meu salário. Como eu apoiei o Zema, estou aqui para questionar, porque eu apoiei, eu dei a cara para bater.

Então eu quero só entender o seguinte: na campanha ele falou que, se estivesse com tudo atrasado, não ia pagar salário para secretário, para ele, para ninguém, nem para vice. Agora está voltando essa novela de jetom, de não sei o que, que tem que aumentar salário. Gente, é simples. Primeiro, que eu não tenho nada contra nenhum secretário, não. Eu não tenho nada contra nenhum secretário, mas ninguém foi enforcado para vir trabalhar aqui, não. Aqui também nenhum deputado foi. Veio porque quis. Então já sabia do salário. Se o Estado está quebrado, e se, para melhorar o Estado, é preciso passar por um regime de recuperação fiscal, há alguma coisa errada de querer aumentar salário de secretário aqui. Se vier para esta Casa, eu tenho autonomia de falar, com transparência, que o meu voto é “não”. Eu vou votar “não”.

E quero chamar atenção aqui: se estiver com palhaçada de politicagem... Eu confiei no Novo, porque ele falou que ia ser novo, que não ia fazer politicagem. Aí está falando que está indicando gente para a estatal tal, para a estatal tal, que tem indicação disso e daquilo. Eu vou cobrar aqui, eu estou aqui para questionar, eu vim aqui para questionar e mostrar tudo que estiver errado. E eu não vou aceitar coisa errada aqui, não, porque eu estou fazendo as coisas certas aqui dentro. Então eu sou o primeiro a cobrar do Zema. Sabe, Zema, eu quero é transparência no seu governo. Eu quero saber quem é fulano que está lá na estatal tal, quem é fulano que foi indicado por tal. Não é meritocracia?

Bartô, eu queria um debate com V. Exa. aqui, porque você é do Novo, e eu sei que você é coerente. Eu queria que você me explicasse a situação de aumento de secretário e a indicação de estatal não sei onde, é fulano, é beltrano. É politicagem que o Novo falou que não ia fazer e está fazendo. Então eu queria que você me esclarecesse, porque tenho muito respeito por você. Você é uma pessoa que eu admiro, eu estou acompanhando o seu trabalho aqui e quero crescer junto com você, Bartô.

O deputado Bartô (em aparte)* – Cleitinho, você sabe qual é a minha posição. Obrigado pelos elogios. Mas realmente não estou tão próximo ao governo para poder estar ciente, com clareza, de quais cargos estão sendo preenchidos por quem e nem quais são os critérios.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Obrigado. Porque eu acho que as nossas ideias têm que corresponder aos fatos, Bartô. Então não adianta eu ficar aqui questionando se está indicando fulano e beltrano, se eu vou lá em cima no governo também e peço indicação de cargo. Eu nunca vou fazer isso. Eu já estou custando a aguentar 15 no meu gabinete, fora os xiitas que ficam aqui pedindo todo dia. E eu ainda vou ter que ficar indicando mais gente?

Você quer falar mais um pouco, fique à vontade.

O deputado Bartô (em aparte)* – Não, só estou à disposição. Você falou que estava querendo discutir outras coisas, e estou à disposição, se quiser discutir.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Tranquilo.

Mas quero é transparência do governo. Peço isso, porque foi o governo que eu apoiei. Fui um dos poucos que apoiaram aqui, como você apoiou, a Laura apoiou e o Guilherme apoiou. Acho que, de todos os deputados aqui, nós quatro fomos os únicos que acreditaram no Zema. Então está na hora aqui, porque o povo cobra da gente: “Uai, Cleitinho, você apoiou o cara que estava em último na pesquisa, você deu a cara para bater com ele e agora ele está fazendo politicagem?”.

Então eu falo isto, a pessoa que votou em mim, Bartô, as pessoas que me apoiaram são as primeiras a me cobrar. Eles têm que cobrar a minha postura parlamentar aqui. Então eu tenho que cobrar de quem eu apoiei.

Então quero transparência, e quero muito, porque me chamou a atenção quando fui marcar uma reunião para conversar com o Zema: “Não; tem que ver com o Custódio”. Então quer dizer que o governador é o Custódio? O governador não é o Zema, não?

Quando eu estava na campanha, lá em Divinópolis, ele fez *live* comigo, fez vídeo comigo e me atendeu; agora que ganhou, tem que passar pelo Custódio? O Custódio é que tem que me atender? Quem tem que me atender é o Zema. E outra coisa, não vou pedir nada para ele, não. Eu estou com a minha vida, graças a Deus, muito bem resolvida, eu quero ajudar os outros. Eu quero ajudar a minha cidade de Divinópolis, o Norte de Minas, o Estado de Minas Gerais.

Então peço ao governo Zema que tenha transparência, que tenha ética e tenha respeito para com a população mineira. Eu estou aqui para reivindicar, para cobrar e questionar. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O deputado Bartô (em aparte)* – Isso aí, Cleitinho. Estamos juntos.

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 3/6/2019, o presidente, nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 3/6/2019, o servidor João Alves Cardoso, CPF nº 155.788.526-53, ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo, padrão VL-67, classe III, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

Nos termos do inciso VI do artigo 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II e III do artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5/7/2005, c/c artigo 133 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis Estaduais nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.108, de 29/11/2018, da Lei Complementar Estadual nº 64, de 25/3/2002, dos artigos 105 e 106 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, assinou o seguinte ato:

aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 14/5/2019, a servidora Cássia Cristina Cintra, CPF nº 596.412.406-25, ocupante do cargo efetivo de Agente de Execução das Atividades da Secretaria, padrão VL-44, classe especial, do Quadro de Pessoal desta Secretaria.

TERMO DE CONTRATO Nº 27/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Petrobras Distribuidora S.A. Objeto: fornecimento de combustível. Vigência: 12 meses, contados a partir da data de sua assinatura. Licitação: Lote 1 do Pregão Eletrônico nº 29/2019, da Secretaria de Planejamento e Gestão, por intermédio da Subsecretaria de Gestão Logística e Patrimônio do Estado de Minas Gerais (adesão à Ata de Registro de Preços nº 78/2019). Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 35/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratado: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição – Ecad. Objeto: autorização para utilização pública de obras musicais, literomusicais e fonogramas, nas programações da licenciada. Objeto do aditamento: primeira prorrogação, com reajuste de preço. Vigência: 12 meses, de 13/7/2019 a 12/7/2020. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE CONTRATO Nº 35/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Oralitus Clínica Odontológica Ltda. Objeto: prestação de serviços de assistência odontológica, nas especialidades de clínica geral odontológica, implantodontia, ortodontia e prótese dentária, em regime ambulatorial, aos beneficiários da assistência em saúde da credenciante. Vigência: 60 meses contados a partir da data de assinatura. Licitação: inexigível, por inviabilidade de competição, nos termos do art. 25, *caput*, da Lei Federal nº 8.666, de 1993. Dotação orçamentária: 1011-01-122-701-2.009.3.3.90-10.1.

TERMO DE ADITAMENTO Nº 49/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Casablanca Comunicação e Marketing Ltda. Objeto: prestação de serviços de publicidade. Objeto do aditamento: segunda prorrogação. Vigência: 12 meses, com termo inicial em 21/6/2019 e final em 20/6/2020.